



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 10ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº **0034110-27.2019.8.17.2001**

AUTOR: IONE CINTRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**SENTENÇA**

Proc.nº: 0000560-46.2016.8.17.0001

Vistos, etc.

**IONE CINTRA DO NASCIMENTO**, devidamente qualificada na inicial ajuizou a presente ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT e ARUANA SEGUROS S/A**, também qualificadas na vestibular.

Pretende a parte autora perceber complemento de indenização recebida em razão de ter sido vítima de acidente de trânsito provocado por veículo automotor (DPVAT) em 21/05/2017.

Aduz que a lesão sofrida ensejaria o pagamento do montante de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Porém, assevera que recebeu administrativamente apenas a quantia de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais).

Pede, que a parte demandada seja condenada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), a concessão da gratuidade da justiça, a realização de perícia e a condenação da empresa ré nos consectários da sucumbência.

A inicial veio instruída com os documentos.



Despachada a inicial, deferiram-se os benefícios da justiça gratuita e determinou-se a citação da parte ré.

Devidamente citada, a parte demandada apresentou **contestação** (id.47175644 ).

Informa ser necessária a realização de laudo médico pericial, fornecido pelo IML para quantificar a invalidez permanente. Assevera que o valor pago administrativamente encontra-se em consonância com a lesão sofrida.

Aduz que foi realizado o pagamento administrativamente à parte autora no valor de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) proporcional à lesão sofrida pela parte demandante.

Notícia ser incabível a inversão do ônus da prova.

Por fim, pede sejam julgados improcedentes os pedidos formulados pelo autor e caso seja condenado ao pagamento de indenização ao demandante, que sejam observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Pugna pelo indeferimento do pedido de justiça gratuita e em caso de eventual condenação que os juros deverão ser a partir da citação e a correção monetária a partir da propositura da ação.

Em réplica, a parte autora refutou os argumentos apresentados na contestação e reiterou o pleito deduzido na exordial (id. 51023509).

Em despacho de id. 51685884, determinou-se a realização de perícia.

**Laudo pericial** (id.54884764).

Por meio da petição de id. 56082755, a parte demandada requereu a juntada de comprovante de pagamento dos honorários periciais.

No petitório de id. 56855271, a demandada afirmou que foi pago administrativamente valor em consonância com a lesão sofrida pelo autor e verificada pelo perito do juízo e que a lesão não pode ter se intensificado no decurso do prazo. Pugnou pela improcedência dos pedidos articulados pela autora. Por sua vez, a demandante manifestou sua concordância com o laudo pericial apresentado pelo expert.

É o que importa relatar. Decido.

Com efeito, tenho que na hipótese vertente o processo encontra-se devidamente instruído com o laudo pericial e pronto para julgamento, o que passo a fazê-lo.

A parte demandada, em sua contestação, informa que não foi acostado ao feito documento essencial, qual seja, laudo médico fornecido pelo IML. Tenho que não merece irresignação a alegação da demandada, isso porque a necessidade apontada pela seguradora ré se mostraria relevante na hipótese de não haver outro meio de atestar a invalidez do demandante, o que não é o caso dos autos, já que foi realizada perícia judicial.

Com efeito, tenho que o pedido de pagamento de valor da indenização em razão de pagamento a menor deve prosperar em parte.

Passo à verificação do valor a que faz jus a autora. Neste caso, deve o julgador averiguar se ocorreram as hipóteses mais gravosas, as que fazem surgir o direito ao recebimento do valor máximo da indenização prevista em Lei que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ou não, caso em que a parte tem direito a um percentual sobre o valor máximo.

Na presente situação, a parte autora sofreu lesão no membro superior esquerdo, quadril direito e quadril esquerdo, conforme esclarece o laudo de id. 54884765.



1) o dano corporal sofrido foi parcial incompleto;

2) a autora sofreu perda da anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores”, correspondente a 70%.

3) A repercussão da lesão foi média no percentual de 50% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

4) Calculando-se temos: 70% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 9.450,00, deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 50% de R\$ 9.450,00, o que resultaria no montante de **R\$ 4.725,00** para efeitos de indenização.

O dano corporal sofrido foi parcial incompleto;

5) a autora sofreu perda completa da mobilidade de um quadril”, correspondente a 25%.

6) A repercussão da lesão foi leve no percentual de 25% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

7) Calculando-se temos: 25% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 3.375,00 deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 25% de R\$ 3.375,00, o que resultaria no montante de **R\$ 843,75** para efeitos de indenização;

Diante desse panorama, verifico que a parte autora faria *jus* ao recebimento da quantia de R\$ 5.568,75, tendo a parte autora recebido a importância de R\$ 4.050,00, conforme confessado na exordial, faz *jus* ao recebimento da quantia de R\$ 1.518,75.

Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pleito autoral, condeno a parte ré **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **ARUANA SEGUROS S/A** a pagar à autora, **IONE CINTRA DO NASCIMENTO**, a quantia de R\$ 1.518,75 (um mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento da ação.

Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que a autora indicou o valor de R\$ 9.450,00 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz *jus* a quantia R\$ 1.518,75), as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré arcar e 70% para a parte autora, suspensa a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação.

No mais, considerando a realização de perícia pelo expert e a comprovação de pagamento pela demandada, determino a expedição de alvará em favor do perito.

Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Recife, 31/03/2020.

**Sebastião de Siqueira Souza**

**Juiz de Direito**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 10ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº 0034110-27.2019.8.17.2001

AUTOR: IONE CINTRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

## **DESPACHO**

Considerando a existência de erro material na sentença de id. o qual pode ser corrigido de ofício pelo juízo, chamo o feito à ordem e torno sem efeito em parte a fundamentação e dispositivo da sentença que passarão a ter a seguinte redação:

Passo à verificação do valor a que faz jus a autora. Neste caso, deve o julgador averiguar se correram as hipóteses mais gravosas, as que fazem surgir o direito ao recebimento do valor máximo da indenização prevista em Lei que corresponde a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) ou não, caso em que a parte tem direito a um percentual sobre o valor máximo.

Na presente situação, a parte autora sofreu lesão **no membro superior esquerdo, quadril direito e quadril esquerdo**, conforme esclarece o laudo de id. 54884765.

1) o dano corporal sofrido foi parcial incompleto;

2) a autora sofreu perda da anatômica e/ou funcional completa de um dos **membros superiores**”, correspondente a 70%.

3) A repercussão da lesão foi média no percentual de 50% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

4) Calculando-se temos: 70% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 9.450,00, deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 50% de R\$ 9.450,00, o que resultaria no montante de **R\$ 4.725,00** para efeitos de indenização.



O dano corporal sofrido foi parcial incompleto;

5) a autora sofreu perda completa da mobilidade de um **quadril**", correspondente a 25%.

6) A repercussão da lesão foi leve no percentual de 25% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

7) Calculando-se temos: 25% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 3.375,00 deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 25% de R\$ 3.375,00, o que resultaria no montante de **R\$ 843,75** para efeitos de indenização;

Ocorre que a autora também sofreu lesão no quadril direito:

8) a autora sofreu perda completa da mobilidade de um **quadril**", correspondente a 25%.

9) A repercussão da lesão foi leve no percentual de 25% sobre o percentual devido em razão do tipo de lesão sofrida, (art. 3º, § 1º, II, segunda parte, Lei nº 6.194/74).

10) Calculando-se temos: 25% de R\$13.500,00 equivalem a R\$ 3.375,00 deste último retira-se a porcentagem correspondente à gravidade da lesão sofrida mostrada no laudo pericial, ou seja, 25% de R\$ 3.375,00, o que resultaria no montante de **R\$ 843,75** para efeitos de indenização

Diante desse panorama, verifico que a parte autora faria *jus* ao recebimento da quantia de R\$6.412,50, tendo a parte autora recebido a importância de R\$ 4.050,00, conforme confessado na exordial, faz jus ao recebimento da quantia de R\$ 2.362,50.

Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** o pleito autoral, condeno a parte ré **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **ARUANA SEGUROS S/A** a pagar à autora, **IONE CINTRA DO NASCIMENTO**, a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento da ação.

Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que a autora indicou o valor de R\$ 9.450,00 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz jus a quantia R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré arcar e 70% para a parte autora, suspensa a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação.

No mais, considerando a realização de perícia pelo expert e a comprovação de pagamento pela demandada, determino a expedição de alvará em favor do perito.

Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Recife, 03/04/2020

Intime-se. Cumpra-se.

Sebastião de Siqueira Souza

Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0034110-27.2019.8.17.2001  
AUTOR: IONE CINTRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

#### INTIMAÇÃO DE SENTENÇA E DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 60068935 e do Despacho de ID 60245122, conforme seguem transcritos abaixo:

**DESPACHO:** " Considerando a existência de erro material na sentença de id. o qual pode ser corrigido de ofício pelo juízo, chamo o feito à ordem e torno sem efeito em parte a fundamentação e dispositivo da sentença que passarão a ter a seguinte redação: [...] Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pleito autoral, condeno a parte ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e ARUANA SEGUROS S/A a pagar à autora, IONE CINTRA DO NASCIMENTO, a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento da ação. Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que a autora indicou o valor de R\$ 9.450,00 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz jus a quantia R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré arcar e 70% para a parte autora, suspensa a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação. No mais, considerando a realização de perícia pelo expert e a comprovação de pagamento pela demandada, determino a expedição de alvará em favor do perito. Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Recife, 03/04/2020 Intime-se. Cumpra-se. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito "

**SENTENÇA:** " [...] Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pleito autoral, condeno a parte ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e ARUANA SEGUROS S/A a pagar à autora, IONE CINTRA DO NASCIMENTO, a quantia de R\$ 1.518,75 (um mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), isso mediante a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a citação e de correção monetária, pela tabela ENCOGE, a partir do ajuizamento da ação. Considerando a sucumbência recíproca, levando em conta que a autora indicou o valor de R\$ 9.450,00 para a causa, sendo parcialmente vencida já que somente faz jus a quantia R\$ 1.518,75), as partes arcarão com custas e honorários advocatícios na proporção de 30% para a ré arcar e 70% para a parte autora, suspensa a exigibilidade da mesma em relação à parte autora, tendo em vista que a mesma é beneficiária da justiça gratuita. Fixo os honorários no percentual de 20% do valor da condenação. No mais, considerando a realização de perícia pelo expert e a





*comprovação de pagamento pela demandada, determino a expedição de alvará em favor do perito. Decorrido o prazo recursal, nada sendo requerido, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Recife, 31/03/2020. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito"*

RECIFE, 22 de abril de 2020.

**LARISSA NOGUEIRA BESSA**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0034110-27.2019.8.17.2001  
AUTOR: IONE CINTRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

#### ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 10ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040 - CONTA 01774451-5.**

Tudo conforme **DESPACHO** de ID 60245122, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: *"[...] determino a expedição de alvará em favor do perito."*

Eu, LARISSA NOGUEIRA BESSA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 22 de abril de 2020.

**RAQUEL FERREIRA DOS SANTOS NIPPO**  
*Diretoria Cível do 1º Grau*  
*(Assinado eletronicamente)*

**SEBASTIÃO DE SIQUEIRA SOUZA**  
*Juiz de Direito*  
*(Assinado eletronicamente)*

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjepe.jus.br](http://www.tjepe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjepe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0034110-27.2019.8.17.2001  
AUTOR: IONE CINTRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o PERITO para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 60949370, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 24 de abril de 2020.

FERNANDA ALVES DA SILVA  
Diretoria Cível do 1º Grau



Alvará impresso.

Grato.



Ciente.

